



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 2075-4500

PROCESSO	CEESP-PRC-2023/00373		
INTERESSADAS	UNESP / Faculdade de Ciências e Letras do <i>Campus</i> de Araraquara		
ASSUNTO	Renovação do Reconhecimento do Curso de Administração Pública		
RELATOR	Cons. Eduardo Augusto Vella Gonçalves		
PARECER CEE	Nº 371/2024	CES "D"	Aprovado em 09/10/2024 Comunicado ao Pleno em 16/10/2024

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

Trata-se de pedido da UNESP de Renovação do Reconhecimento do Curso de Administração Pública, oferecido pela Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara, nos termos da Deliberação 171/2019, por meio do Ofício 424/2023 - Prograd, protocolado em 04/12/2023 (fls. 03).

Foram encaminhados os documentos: Relatório Síntese (fls. 08 a 21); Apresentação do Projeto Pedagógico do Curso (fls. 22 a 42); Projeto Pedagógico de Curso (fls. 43 a 79); Relatório de atividades relevantes (fls. 80 a 87); Portaria 30/2019-D-FCL-/CAr – Regulamentação de Estágio (fls. 88 a 93); Portaria 31/2019-D-FCL-/CAr – Regulamentação de TCC (fls. 94 a 98); Planos de Ensino (fls. 99 a 284); Trabalhos publicados e outras produções (fls. 285 a 354); Projetos de Pesquisa, Pesquisa em andamento (fls. 355 a 380), Bolsas de Iniciação Científica (fls. 381 a 397), Projetos e cursos de extensão em funcionamento (fls. 397 a 400), Eventos realizados pelos docentes do curso (fls. 401 a 405); Atividades Complementares (fls. 407 a 408); Controle de Convênios/Acordos de Cooperação/Estágios (fls. 409 a 783); Alunos do curso de Administração vinculados a um programa de internacionalização 2018-2023 (fls. 784).

Os autos deram entrada na Assessoria Técnica deste Conselho em 07/12/2023. Após verificação da documentação, foram enviados para a CES em 23/04/2024 (fls. 787 e 788).

A Portaria CEE-GP 11, de 24/01/2024, designou os Professores Fernando de Souza Coelho e Paulo Romaro para emissão do Relatório Circunstanciado sobre o curso (fls. 790).

Os Especialistas realizaram visita *in loco* nos dias 14 e 15/03/2024 e o Relatório circunstanciado encontra-se de fls. 792 a 802.

Os autos retornaram à AT em 23/04/2024 e foram baixados em diligência em 08/05/2024, solicitando adequação da distribuição da carga horária da extensão, pois na sua composição, o estágio curricular obrigatório ultrapassava o limite de 30%, contrariando o art. 2º da Deliberação CEE 216/2023 (de fls. 810 a 813).

Respondendo à diligência, a Unesp informou que reformulou o PPC para incluir a curricularização antes da homologação da Deliberação CEE 216/2023, que a aprovação de outra alteração do PPC levaria aproximadamente 1 ano para tramitar nos colegiados locais e centrais próprios e finalizou solicitando orientações deste Conselho sobre o caso.

Como o prazo de 1 ano excede o prazo normalmente concedido pela AT para atendimento de diligências, os autos foram enviados para Relator que solicitou uma "*proposta e/ou projeto de nova Matriz Curricular que atenda na íntegra a Deliberação CEE 216/2023*" (Ofício CES 390/2024, às fls. 843).

O atendimento ao pedido do Relator encontra-se de fls. 844 a 893 e os autos retornaram à AT para elaboração de nova Informação Final em 15/08/2024.

Após as informações referenciadas, este Relator entendeu necessária análise dos especialistas quanto ao projeto de curricularização da extensão apresentado pela IES, bem como, esclarecimentos sobre a parte final da manifestação dos mesmos, a qual contém uma série de recomendações e faz sugestão de prazo de cinco anos para a renovação de reconhecimento, o que foi objeto de diligência em 22/08/2024,



A resposta foi ofertada em 02/09/2024 e consta às fls. 918/920 dos autos

1.2 APRECIÇÃO

Com base na norma em epígrafe, nos documentos apresentados pela Instituição e no Relatório da Comissão de Especialistas, passo a relatar os autos como segue:

Histórico Institucional

Recredenciamento	Parecer CEE 288/2014, Portaria CEE-GP 371/2014, DOE 03/10/2014, por 10 anos
Novo Recredenciamento	Processo CEESP-PRC-2024/00014, protocolado em 30/01/2024 (fora do prazo)
Reitor	Prof. Dr Pasqual Barretti, mandato 14/01/2021 a 13/01/2025

Dados do Curso

Renovação de Reconhecimento	Parecer CEE 264/2019, Portaria CEE-GP 342/2019, DOE 31/08/2019, por 5 anos
Carga Horária	3.105 horas/207 créditos
Duração h/a	60 minutos
Período	Integral e Noturno
Horário	De segunda a sexta feira, das 8h às 12h horas, das 14h às 18h e das 19h às 23h
Vagas por ano	Integral: 50 vagas, por ano Noite: 50 vagas, por ano
Integralização A partir de 2021	Mínimo Integral: 8 semestres/4 anos Noturno: 10 semestres/5 anos (não inclui que alunos, em casos excepcionais, concluem o curso em 4 anos, com a devida ratificação do Conselho de Curso) Máximo Integral: 12 semestres/6 anos. Noturno: 16 semestres/8 anos
Coordenador	Alvaro Martim Guedes Doutorado em Administração Pública, FGV Mestrado em Administração Pública e Governo, FGV Graduação em Administração Pública, FGV

O pedido não foi protocolado no prazo previsto no Art. 47 da Deliberação CEE 171/2019.

Caracterização da Infraestrutura Física da Instituição reservada para o Curso

Instalações	Qtde	Capacidade	Observações
Salas de aula	40 salas	03 = 100 carteiras 04 = 80 carteiras 27 = 60 carteiras 02 = 20 carteiras 04 = 10 carteiras 02 = 80 carteiras	Projeto Multimídia, Televisores, Sistema videocon (em 10 salas), Home Theater, Internet, Ar-condicionado
Salas de aula (89 e 90 – Prédio Diretoria)	02 salas	02 = 80 carteiras	Televisores, Sistema de videoconferência, Computador, Home Theater, Lousa Interativa, Internet, Ar-condicionado
Laboratório Didático (sala 88 – Prédio Diretoria)	01 salas	-	Televisor, Computador, Home Theater, Lousa Interativa, Internet, Ar-condicionado
Anfiteatro "A"	01 salas	208 poltronas	Projeto Multimídia, Computador, Sistema de Som PA, Gravador em Vídeo HD, Internet, Ar-condicionado
Anfiteatro "B"	01 salas	195 poltronas	Projeto Multimídia, Computador, Sistema de Som PA, Internet, Ar-condicionado
Anfiteatro "C", "D" e "E"	03 salas	60 poltronas	Televisores, Sistema de videoconferência, Computador, Home Theater, Lousa Interativa, Internet, Ar-condicionado
Prédio Específico para grupos de Estudos e Pesquisa	39 salas	1100 m2	Contempla Grupos dos dez 10 Departamentos que Integram a Faculdade.
Laboratórios Didáticos de Informática (LDI)	5 salas	41 microcomputadores	LDI-1: Destinado aos alunos dos cursos da graduação e prioritariamente utilizado para aulas, treinamento e trabalhos extraclasse. Equipamentos: 41 microcomputadores DELL OptiPlex 3000 com i5 da 12 geração, 16 GB de RAM e SSD de 512 GB.
	-	40 microcomputadores	LDI-2: Destinado aos alunos dos cursos da graduação e prioritariamente utilizado para trabalhos extraclasse e aula. Equipamentos: 40 microcomputadores LENOVO E73z com i5 da 4 geração, 8 Gb de RAM e HD de 1 TB; 1 microcomputador DELL OptiPlex 3000 com i5 da 12 geração, 16 GB de RAM e SSD de 512 GB.
	-	20 microcomputadores	LDI-3: Destinado aos alunos do curso da graduação e prioritariamente utilizado para trabalhos extraclasse. Equipamentos: 20 microcomputadores da 8 geração, Positivo Master D8200 com i5 da 8 geração, 8 Gb de RAM e HD de 1 TB; 1 microcomputador DELL OptiPlex 3000 com i5 da 12 geração, 16 GB de RAM e SSD de 512 GB.
	-	15 microcomputadores	LDI-Pós: Destinado aos alunos da pós-graduação e utilizado somente para pesquisas e teses. Equipamentos: 15 microcomputadores DELL OptiPlex 3000 com i5 da 12 geração, 16 GB de RAM e SSD de 512 GB.
	-	54 equipamentos	LDI-Sala de Aula: Destinado aos alunos dos cursos da graduação para aula



			Equipamentos: 54 equipamentos de HP EliteDesk 800 G1 SFF com i5 da 12 geração, 16 GB de Ram e SSD de 512 GB.
--	--	--	--

Biblioteca

Tipo de acesso ao acervo	Livre
É específica para o curso	Sim
Total de Livros para o curso	30.626 livros específicos 18.506 livros áreas afins
Periódicos	111.687 fascículos 3.427 títulos
Videoteca/Multimídia	322 DVD Filmes 72 DVD documentários
Teses	5424
Outros	819

Sítio na WEB que contém detalhes do acervo:
<https://www.clar.unesp.br/#!/biblioteca/acervo/descricao/>

A Biblioteca possui as seguintes salas especiais: Sala de Estudos Clássicos, Professora Gilda Maria Reale Starzvnski; o Centro de Estudos Portugueses - Jorge de Sena; a Sala de Estudos Sociais - Coleção Octavio Ianni; a Coleção Yedda e Augusto Frederico Schmidt, a Biblioteca Sônia Sterman Ferraz e José Bento Faria Ferraz, Sala de Cultura Africana: África-Afrobrasilidades - Diáspora Negra e Biblioteca Heleieth Saffioti.

Assinaturas de base de dados e ebooks (UNESP e CRUESP)

Portais de Periódicos científicos:

Athena – UNESP
 Academic Search Premier
 Academic Search Complete
 GeoScience World
 Interscience Wiley
 JSTOR
 Palgrave Dictionary of Economics
 Periódicos Unesp
 Portal de Periódicos Capes
 PressReader
 SciELO
 Science Classic
 Ulrich's
 Periódicos da FC

E-books:

ACS Guide to Scholarly Communication
 Biblioteca Toca Livros
 Biblioteca Virtual Pearson
 Emerald eBook Select 50
 CRCnetBASE
 Ebsco
 Minha Biblioteca
 E-books Lippincott Williams & Wilkins (LWW)
 ECCO
 MOMW - The Making of the Modern World
 NetLibrary
 Cambridge – E-books
 Elsevier ebook
 NetLibrary
 Wiley – E-books
 Laboratório Editorial da FCL

Relação do Corpo Docente Departamento de Administração Pública

Nome	Regime de Trabalho	Disciplina
Alexandre Rossi Doutorado em Ciência da Engenharia Ambiental pela USP Mestrado em Conservação e Manejo de Recursos pela UNESP	I	- Relações de Trabalho na Administração Pública - Instituições Públicas Não Estatais



Graduação em Bacharelado em Direito pelo Instituto Toledo de Ensino, ITE		
Alvaro Martim Guedes Doutorado em Administração Pública, FGV Mestrado em Administração Pública e Governo, FGV Graduação em Administração Pública, FGV	I	- Contabilidade - Contabilidade Pública
Ana Cláudia Fernandes Terence Doutorado em Engenharia da Produção pela USP Mestrado em Engenharia da Produção pela USP Especialização em Administração Mercadológica pela FGV Graduação em Administração Pública	I	- Comunicação Pública - Metodologia da Pesquisa Científica
Ana Claudia Niedhardt Capella Livre-Docência Doutora em Ciências Sociais pela UFSCAR Mestrado em Ciências Sociais pela UFSCAR Graduação em Administração Pública pela UNESP	I	- Teria da Administração Pública - Formulação, Implementação e avaliação de Políticas Públicas
Antonio Roberto Bono Olencki Doutorado em Administração Pública e Governo pela FGV Mestrado em Administração Pública e Governo pela FGV Graduação em Ciências Sociais ênfase em Ciência Política pela UNICAMP	I	- Gestão e Planejamento Estratégico - Gestão de Projetos
Cláudio Robert Pierini Pós-doutorado Doutorado em Engenharia Urbana pela UFSCAR Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela USP Graduação em Administração (Habilitação Administração Pública) pela UNESP Graduação em Educação Física pela UFSCAR	H	- Gestão Local de Políticas Públicas
Diêgo Valério de Godoy Delmônico Doutorado em Engenharia de Produção pela UNESP Mestrado em Engenharia de Produção pela UNESP Graduação em Administração Pública pela UNESP	H	- Administração Financeira e Orçamentária Pública
Fernando Ramalho Martins Pós – Doutorado Doutorado em Sociologia pela UFSCAR Mestrado em Administração pela UFPR Graduação em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Sagrado Coração	I	- Fundamentos do Pensamento Administrativo - Teorias Organizacionais e Administração Pública
Jorge David Barrientos-Parra Livre-Docência UNESP Pós-doutorado Doutorado em Direito pela Universite Catholique de Louvain UCL – Bélgica Mestrado em Direito pela USP Especialização em Direito do Comércio Internacional pela USP Graduação em Direito pela FMU	I	- Direito Constitucional - Direito Administrativo
Patrícia Borba Marchetto Pós-Doutorado UNESP Doutorado em Direito pela Universitat de Barcelona UB – Barcelona Graduação em Direito pela UNIARA	I	- Direito Tributário
Sergio Azevedo Fonseca Livre-Docência Doutorado em Administração pela USP Mestrado em Administração pela USP Graduação em Ciências Econômicas pela USP	I	- Gestão de Suprimentos na Administração Pública - Planejamento e Avaliação de Investimentos Públicos - Abordagens Teóricas e Práticas do Desenvolvimento Local
Soraya Regina Gasparetto Lunardi Livre-Docência Pós-doutorado Doutorado em Direito pela PUC Mestrado em Direito pela Instituição Toledo de Ensino Graduação em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC	I	- Introdução ao Estudo de Direito - Direito Constitucional
Departamento de Educação		
Camila Fernanda Bassetto Sampaio Livre-Docência Pós-doutorado pela USP – São Carlos Doutorado em Engenharia de Produção pela USP Mestrado em Estatística pela UFSCAR Graduação em Matemática pela UNESP	I	- Estatística I - Estatística II - Matemática I - Matemática II - Banco de dados e suas aplicações
Departamento de Economia		
Paulo César Brigante Doutorado em Ciências – Economia, Organizações e Finanças Corporativas pela USP Mestrado em Economia pela UNESP Graduação em Economia pela UNESP	H	- Economia Brasileira - Fundamentos da Teoria Econômica
Celso Pereira Neris Junior	H	- Economia Brasileira



Pós – Doutorado Doutorado em Ciência Econômica pela UNICAMP Mestrado em Economia pela UNESP Graduação em Ciências Econômicas pela UNESP		
Janaina Fernanda Battahin Doutorado em Economia pela UNESP Mestrado em Desenvolvimento e Econômico pela UNICAMP Graduação em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria pela Universidade Federal de Alfenas Graduação em Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas	H	- Fundamentos da Teoria Econômica
Rodrigo Constantino Jerônimo Doutorado em Economia pela UNESP Mestrado em Economia pela UNESP Graduação em Ciências Econômicas pela UNESP	H	- Fundamentos da Teoria Econômica

Departamento de Ciências Sociais

Carlos Henrique Gileno Doutorado em Ciências Sociais pela UNICAMP Mestrado em Sociologia pela UNICAMP Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais Graduação em Licenciatura plena em Ciências Sociais pela UNESP	I	- Sistema Político e Instituições no Brasil
José Luís Bizelli Livre-Docência Pós-doutorado Doutorado em Sociologia pela UNESP Mestrado em Sociologia pela UNESP Graduação em Arquitetura pela PUC/Campinas	I	- Introdução à Teoria Política - Estado, Governo e Administração Pública

Departamento de Linguística, Literatura e Letras Clássicas

Ana Carolina Freitas Gentil Almeida Cangemi Pós-Doutorado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP	H	- Metodologia do Texto Científico
Caroline Carnielli Biazolli Pós-Doutorado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa Pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP	H	- Metodologia do Texto Científico
George Henrique Nagamura Pós-Doutorado pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR Doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Mestrado em Estudos Linguísticos pelo Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, UNESP Graduação em Letras com Habilitação em Tradução pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP	H	- Metodologia do Texto Científico
Jean Cristus Portela Pós-Doutorado pela Université de Limoges, UL, França Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. Pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Mestrado em Letras pela Universidade Estadual de Londrina, UEL Graduação em Comunicação Social Habilitação Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP	I	- Metodologia do Texto Científico
Carlos Eduardo da Silva Ferreira Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Especialização em Gestão Educacional, Ead e E-learning ? Novos Paradigmas Educacionais pela Unieducar, UNIEDUCAR Especialização em ÉTICA E POLÍTICA pela Fundação Leonel	H	- Metodologia do Texto Científico



Brizola ? Alberto Pasqualini, ULB Graduação em Pedagogia pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo, UNIVESP Graduação em Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo, UNIVESP Graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP		
Helena Maria Boschi da Silva Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR Mestrado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR Graduação em Bacharelado em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, FCL-UNESP	H	- Metodologia do Texto Científico
Daniel Soares da Costa Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências e Letras, UNESP Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências e Letras, UNESP Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências e Letras, UNESP Graduação em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP	I	- Metodologia do Texto Científico
Rosângela Nogarini Hilário Pós-Doutorado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Graduação em Letras - Português pela Universidade Anhanguera, UNIDERP Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP	H	- Metodologia do Texto Científico
Sabrina de Cássia Martins Pós-Doutorado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Graduação em Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes – Português pela Universidade de Franca, UNIFRAN Graduação em Letras-bacharelado com habilitação em tradutor pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP	I	- Metodologia do Texto Científico

Departamento de Psicologia da Educação

Luiz Antônio Calmon Nabuco Lastória Livre-Docência pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Pós-Doutorado pela Universitat de Les Illes Balears, UIB, Espanha Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo, USP Mestrado em Psicologia (Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC Graduação em Licenciatura em Psicologia pela Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP Graduação em Psicologia pela Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP	I	Psicologia Social
---	---	-------------------

Classificação dos Docentes por Titulação

Titulação	Quantidade	%
Especialista	0	0
Mestres	0	0
Doutores	28	100
Total	28	100

A titulação dos docentes obedece ao disposto na Deliberação CEE 145/2016.

Corpo Técnico disponível para o Curso

Tipo	Quantidade
Seção Técnica de Graduação/Conselhos de Cursos	7 servidores
Seção Técnica Acadêmica (Colegiados)	3 servidores
Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - Escritório de Pesquisa	8 servidores 3 estagiários



- Escritório de Relações Internacionais	
Diretoria Técnica de Informática	10 servidores 5 estagiários
Divisão Técnica Acadêmica	2
Biblioteca	17 servidores 4 estagiários
Departamento de Administração Pública	1 servidor
Departamento de Ciências Sociais	1 servidor
Departamento de Educação	1 servidor
Departamento de Economia	1 servidor 1 estagiário
Departamento de Linguística, Literatura e Letras Clássicas	1 servidor
Departamento de Psicologia da Educação	1 servidor
Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)	2 estagiários

Demanda do Curso desde a Autorização

Período	Vagas		Candidatos		Relação Candidato/Vaga	
	Integral	Noturno	Integral	Noturno	Integral	Noturno
2019	50	50	214	273	4,3	5,5
2020	50	50	195	227	3,9	4,5
2021	50	50	146	146	2,9	2,9
2022	50	50	101	124	2,0	2,5
2023	50	50	126	135	2,5	2,7

Demonstrativo de alunos Matriculados no Curso

Sem.	Matriculados						Egressos (Formados)	
	Ingressantes		Demais Séries		Total		Integral	Noturno
	Integral	Noturno	Integral	Noturno	Integral	Noturno		
2019/1	55	48	207	194	262	242	8	4
2019/2	0	0	254	238	254	238	23	26
2020/1	51	50	212	196	263	246	11	9
2020/2	0	0	252	237	252	237	26	19
2021/1	49	50	215	194	264	244	13	12
2021/2	0	0	251	232	251	232	28	23
2022/1	48	50	204	192	252	242	11	17
2022/2	0	0	241	225	241	225	24	16
2023/1	44	50	187	182	231	232	23	17
2023/2	0	0	208	215	208	215	-	-

Matriz Curricular

Sem	Disciplina Obrigatória	Créditos	CH h
1	Fundamentos do Pensamento Administrativo	4	60
	Introdução ao Estudo do Direito	4	60
	Introdução à Teoria Política	4	60
	Filosofia	2	30
	Matemática I	4	60
	Metodologia do Texto Científico	2	30
	total	20	300
2	Teorias Organizacionais e Administração Pública	4	60
	Contabilidade	4	60
	Direito Constitucional	4	60
	Estado, Governo e Administração Pública no Brasil	4	60
	Matemática II	4	60
	total	20	300
3	Gestão de Suprimentos na Administração Pública	4	60
	Direito Administrativo	4	60
	Contabilidade Pública	4	60
	Estado, Governo e Administração Pública no Brasil	4	60
	Estatística	4	60
	total	20	300
4	Direito Tributário	4	60
	Metodologia da Pesquisa Científica	4	60
	Estatística II	4	60
	Fundamentos de Teoria Econômica	4	60
	Sociologia	4	60
	total	20	300
5	Teoria da Administração Pública	4	60
	Comunicação Pública	4	60
	Tecnologia da Informação na Administração Pública	4	60
	Finanças Públicas	4	60
	Psicologia Social	4	60
	total	20	300
6	Estrutura e Organização da Adm. Pública Brasileira	4	60
	Formulação, Implementação e Avaliação de Polit. Públicas	4	60
	Administração Financeira e Orçamentária Pública	4	60



	Sistema Político e Instituições no Brasil	4	60
	Banco de Dados e Suas Aplicações	4	60
	total	20	300
7	Relações de Trabalho na Administração Pública	4	60
	Gestão e Planejamento Estratégico	4	60
	Política e Fundamentos do Planejamento do Território	4	60
	Políticas Públicas no Brasil	4	60
	Economia Brasileira	4	60
	total	16	300
8	Planejamento e Avaliação dos Investimentos Públicos	4	60
	Instituições Públicas não Estatais no Brasil	4	60
	Gestão de Projetos	4	60
	Gestão Local de Políticas Públicas	4	60
	Processos Decisórios e Políticas Públicas	4	60
	total	20	300

Demonstrativo da Carga Horária

	CH Horas	Inclui atividades de extensão horas
Disciplinas	2.400	-
Estágio	300	90
TCC	300	Até 150
Atividades Complementares	105	Até 75
Total	3.105	315

O Projeto do Curso atende à:

- Resolução CNE/CES 2/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, estabelecendo a carga horária mínima para **Administração** em 3.000 horas;
- Resolução CNE/CES 3/2007, que dispõe sobre o conceito de hora-aula;
- Resolução CNE/CES 1/2014, que institui as DCN para o Curso em pauta, conforme Especialistas.

Atividades de Extensão

(atualizadas conforme resposta à diligência deste relator, de fls. 844 a 893)

Ressalte-se que a UNESP foi uma das pioneiras, no Sistema Estadual de Ensino, a estabelecer diretrizes e prazos para a inserção de atividades de extensão nos PPC de seus cursos Citamos a Resolução UNESP 41/2021, Resolução Unesp 69/2022 e Guia de Curricularização da Extensão Universitária nos Cursos de Graduação.

Para o Curso em tela, a UNESP informa que já apresenta característica extensionista, pelos projetos de extensão desenvolvidos há anos:

Docente responsável	Projeto
Alvaro Martim Guedes	Fortalecimento da Associação Comunitária Educacional EduCarBen
Ana Cláudia Fernandes Terence	Mural de estágios
Ana Cláudia Niedhardt Capella	Brasil: Política e Cidadania Núcleos Associados de Pesquisa em Políticas Públicas – UFSCar
Antonio Roberto Bono Olencki	Grupo de Pesquisa sobre Controle social do Gasto Público (GPCGP) e a Sessão Cidadã da Câmara de Vereadores de Araraquara
Patrícia Borba Marchetto	AdministrAÇÕES na Cooperativa Acácia de Catadores de Materiais Recicláveis de Araraquara Rede Protetiva de Prevenção ao Desaparecimento de Crianças – Rota Cidadã
Sérgio Azevedo Fonseca	Sistema Integrado de Respostas Técnicas da Unesp – SIRT/UNESP Da Horta Comunitária da Zona Norte Incubadora de Empreendimentos Solidários de Araraquara – INCONESP
Soraya Regina Gasparetto	Política Municipal de Mapeamento e Acesso ao Poder Público das Mulheres Vítimas de Violência como Direito Fundamental em Araraquara Observatório de Acessibilidade das Escolas Públicas no Município de Araraquara

Os projetos extensionistas da UNESP devem ser cadastrados na sua Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura, por meio do sistema SISPROEC.

Como exemplo, em consulta ao SISPROEC verificamos o registro do projeto Da Horta Comunitária da Zona Norte. Neste [link](#) encontramos mais informações sobre o interessante projeto.

Esses componentes curriculares de extensão serão cumpridos ao longo do curso.

Os Estágios Supervisionados devem estar vinculados a Projetos Extensionistas, devidamente cadastrados no SISPROEC. A nomenclatura dos estágios será de “Estágios curriculares supervisionados



extensionistas”, atendendo assim a condição de componente curricular previsto nas DCN para o Curso.

Quanto aos TCC, deve contemplar temas relacionados à experiência em atividades de extensão, que indiquem base empírica ou contribuição sistematizada, sempre de caráter científico. As 150h, que correspondem a parcela das 300h previstas para o TCC, serão incorporadas ao Trabalho desde que o aluno tenha participado, ou esteja participando, de atividades de natureza extensionista, sob orientação de docente, de modo que a experiência possa ser inserida na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Serão essas atividades as seguintes: Programas de Extensão, Projetos de Extensão, Cursos e Oficinas de Extensão, Eventos de Extensão e Prestação de Serviços (ver os exemplos do quadro acima).

A validação das horas de TCC na condição de atividade extensionista, será realizada pelo docente orientador. A atividade extensionista nesse componente deverá ser cadastrada – quando for assim determinado por expressa norma ou legislação superior –, pelo coordenador da atividade extensionista e aprovada no SISPROEC e seguir as regras institucionais para a extensão.

Quanto as Atividades Complementares, serão reconhecidas como atividade de extensão, no total de 75h, as atividades que envolvam, na equipe executora, estudantes de graduação e a comunidade externa. Serão essas ACEU integradas às Atividades de extensão as seguintes: Programas de Extensão, Projetos de Extensão, Cursos e Oficinas de Extensão, Eventos de Extensão e Prestação de Serviços (ver os exemplos do quadro acima).

Da Comissão de Especialistas (fls. 792 a 802)

Os Especialistas realizaram entrevista com o Diretor da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara, Coordenador do Curso, docentes, discentes. Visitaram Biblioteca e demais instalações utilizadas pelo Curso.

Abaixo, trechos do Relatório da Comissão.

- Contextualização do Curso, do Compromisso Social e Justificativa:

A Região Central do Estado de São Paulo e suas adjacências têm um rol de municípios e uma miríade de organizações do terceiro setor para os quais a formação acadêmica de administradores públicos é fundamental.

Assim, em 1989, considerando a Constituição Federal de 1988 e a ampliação das competências da gestão pública local ou no país, foi criado o bacharelado em Administração Pública (AP) da Unesp no campus de Araraquara.

Completando 35 anos em 2024, o bacharelado em AP da FCLAr é o segundo curso de graduação nesse campo do saber mais antigo em funcionamento no Brasil – sendo mais novo tão somente do que o curso de graduação de AP da FGV-SP, inaugurado em 1969.

Logo, é um curso tradicional que já formou quase dois milhares de administradores públicos e que atrai alunos oriundos de todas as regiões do estado de São Paulo e de cidades dos estados circunvizinhos (Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro), o que por si atesta – historicamente – seu compromisso social.

Em suma, o curso atende a uma demanda social por formação acadêmica no chamado “Campo de Públicas” no interior do estado de São Paulo, com uma educação superior pública e de qualidade.

- Objetivos Gerais e Específicos:

O bacharel em Administração Pública é um profissional, de nível superior, generalista e com formação acadêmica multidisciplinar.

Ocupa-se do processo administrativo (planejamento, organização, direção e controle) de áreas funcionais de organizações públicas e do terceiro setor, bem como do ciclo de políticas públicas (formulação, implementação e avaliação) em governos e organismos internacionais.

Nesse contexto formativo e de inserção laboral, o Curso de Bacharelado em AP da FCLAr-UNESP tem objetivos gerais e específicos, explicitados no seu PPC, que se alinham com as necessidades e expectativas das DNC de AP e do mercado de trabalho contemporâneo em torno das competências tecno políticas a serem desenvolvidas.

Em linhas gerais, o desenho e o itinerário formativo do curso permitem uma formação acadêmico-profissional básica e diversa nos campos do saber da política, do direito e das funções administrativas atinentes ao setor público.

Todavia, se considerarmos a multidisciplinaridade de tal formação acadêmica, é notável alguns déficits formativos nas áreas de economia e de gestão de políticas públicas – algo, por exemplo, que poderia ser facilmente dirimido a partir de uma matriz curricular que ensejasse uma maior oferta de disciplinas optativas ou mesmo a construção de trilhas formativas que facultassem algumas especializações temáticas.

- Currículo, Ementário e Sequência e Bibliografias:



A matriz curricular do curso de Bacharelado em Administração Pública da FCLAr-UNESP está condizente com a Resolução 1/2014 do CNE/CES., que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de graduação de Administração Pública (e é extensível a todos os cursos chamado "Campo de Públicas").

A carga horária do curso atende às DCN em termos da oferta de disciplinas, do estágio supervisionado obrigatório, do trabalho de conclusão de curso (TCC) e das atividades complementares.

Para além da pertinência dos ementários das disciplinas e da sequência lógica da oferta prevista – formalmente – no PPC, vale comentar que, na prática, no que se refere ao funcionamento do curso no cotidiano, tem ocorrido – de acordo com as entrevistas realizadas com alguns docentes e um conjunto de discentes – alguma sobreposição de conteúdos entre um pool de disciplinas teóricas, como – a título de ilustração – as disciplinas de Estado, Governo e Administração Pública, Teorias da Administração Pública e Estrutura e Organização da Administração no Brasil.

Logo, as ementas e o encadeamento lógico das disciplinas do curso necessitam ser realinhadas entre os docentes.

- Matriz Curricular:

Em linhas gerais, a matriz curricular está alinhada com as competências do perfil do egresso compreendido pelas DCN de AP.

Todavia, cabe ressaltar que com a limitação do quadro docente do Departamento de Administração Pública (são apenas 13 cargos efetivos e nem todos sempre disponíveis ou ocupados, o que leva ao uso recorrente do expediente de professores temporários), acaba por haver certo engessamento da matriz curricular na oferta de disciplinas obrigatórias e poucas possibilidades efetivas de ofertas disciplinas eletivas e optativas.

Esse problema estrutural de insuficiente número de professores que contribuem com o curso (18 no total, incluindo docentes oriundos de outros departamentos da FCLAr) já é patente há muito tempo, vide os relatórios de avaliação institucional do curso (autoavaliação e avaliação externa) conduzidos pela UNESP no decorrer da última década.

Indubitavelmente, isso é um dos entraves para que o curso e o seu departamento principal (DAP) consigam implantar um programa de mestrado derivado do ensino de graduação – pelo menos, desde quando a oferta do curso de graduação foi duplicada em dois turnos.

Já passou do momento – afinal, o bacharelado acaba de completar 35 anos – de a FCLAr-UNESP ter uma pós-graduação stricto sensu em Administração Pública.

É único curso de graduação dessa unidade de ensino que ainda não tem um mestrado e/ou doutorado conexo; nunca é demais relembrar que programas de pós-graduação levam, naturalmente, uma maior maturidade institucional para o ensino de graduação.

- Metodologias de Aprendizagem:

Conforme relatado nas entrevistas realizadas com docentes e discentes do curso, existe, sim, um enorme esforço individual de alguns professores para o uso de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem como aulas-invertidas, aulas baseadas em projetos, visitas técnicas e um estímulo constante para que os alunos participem de atividades que extrapolem a sala de aula (e mesmo os muros da universidade), como grupos de pesquisa, educação tutorial, entidades acadêmicas estudantis e extensões universitárias.

Entretanto, um ponto de atenção relevante é que o número de alunos por turma (50 por turno), por vezes, a depender da disciplina e diante do diminuto número de professores do curso, impede um trabalho docente mais centrado nos estudantes.

Ademais, a condição de alunos-trabalhadores dos discentes do turno noturno requer sempre um olhar especial para a compatibilidade horária das atividades extraclasse.

- Projeto de Estágio Supervisionado:

O estágio supervisionado é obrigatório pela DCN e, processualmente, funciona muito bem no Curso de Bacharelado em Administração Pública da FCLAr-UNESP.

A Portaria 30/2019 da FCLAr regulamenta o estágio curricular supervisionado do referido curso.

Porém, para além do foco no processo, refletindo um pouco sobre o resultado das práticas de estágio no curso, existe uma queixa de parte do corpo discente sobre a dificuldade de se realizar tal atividade em órgãos e entidades do setor público, tendo que, alternativamente, cumprir como essa ação formativa-profissional obrigatória em empresas privadas.

Os alunos alegam que, recorrentemente, há alguns óbices administrativos para a assinatura de estágios obrigatórios – por parte da unidade de ensino – no âmbito da Administração Pública.

Logo, é fulcral destravar esses óbices para que o estágio supervisionado possa se articular, plenamente, com os estudos dos conteúdos curriculares que estão focados na natureza e na especificidade da gestão pública (e não da gestão empresarial).

- TCC:

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório e está muito bem regulamentado no Curso de Bacharelado de Administração Pública da FCLAr-UNESP pela Portaria 31/2019 da unidade de ensino.

As modalidades de TCC a serem escolhidas pelos discentes são a monografia científica e o artigo acadêmico (desde que aceito para publicação em periódico).



Recomenda-se, fortemente, a atualização da Portaria em relação ao artigo acadêmico aceito para publicação em periódico, considerando a mudança da classificação do Qualis da CAPES no ano de 2020.

Ademais, sugere-se que sejam incluídas modalidades de TCC de cunho aplicado como plano de negócios, notas técnicas, produção audiovisual, diagnósticos setoriais e formulações de políticas públicas (planos, programas e projetos).

- Vagas, horários de funcionamento, tempo de integralização:

O número de vagas (100 por ano, sendo 50 por turno), o regime de matrícula (semestral) e a forma de ingresso (Vestibular da VUNESP e, por vezes, ENEM UNESP) são adequados, assim como o tempo mínimo e máximo de integralização do curso – 8 e 12 semestres, respectivamente.

No Brasil, entre os bacharelados ofertados no chamado 'Campo de Públicas', o curso de AP da FCLAr-UNESP é o segundo com maior número de vagas/ano, atrás apenas do bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da EACH-USP (com 120 vagas por ano, sendo 60 por turno).

Embora a relação candidato-vaga esteja caindo sistematicamente nos últimos anos, deve-se compreender tal fenômeno como algo estrutural do 'Campo de Públicas' e não necessariamente como um problema de atração de novos alunos do próprio curso.

Nos últimos 8 (oito) anos, considerando a crise econômico-financeira do Estado, a diminuição da oferta de concursos públicos e mesmo a pandemia, houve uma queda drástica na demanda pelos cursos de graduação (bacharelado e tecnológico) de Administração Pública e correlatos no país.

Um ponto de atenção fundamental é a perda de preferência relativa do bacharelado em AP da FCLAr-UNESP em relação aos cursos congêneres nas demais universidades públicas (federais e estaduais) presentes no estado de São Paulo.

É perceptível que a lista de aprovados no curso, pelo vestibular da VUNESP, tem rodado duas ou três vezes, o que demonstra a predileção dos candidatos pelos cursos de Gestão de Políticas Públicas, Políticas Públicas e Administração Pública, respectivamente, da USP, UFABC e Unicamp.

Decerto, é vital melhorar a comunicação institucional do curso e seus diferenciais para que sua opção se torne mais convidativa para a matrícula dos aprovados na primeira e segunda chamada do vestibular.

Reforça-se, também, a importância dessa comunicação externa com os vestibulandos destacar que o viés do curso é de Administração Pública; muitas vezes, alunos interessados em Administração (de Empresas) são aprovados sem saberem, de fato, que se tratar de um bacharelado voltado à gestão e políticas públicas, e não direcionado para o gerenciamento na iniciativa privada.

Alunos de diferentes semestres do curso comentaram que alguns ingressantes ainda têm a ideia/expectativa de encontrar discussões atinentes à administração de empresas no curso o que, logo nas disciplinas do primeiro ano, é obviamente frustrado e acaba por provocar evasão.

O acompanhamento de egressos foi realizado com esmero até o ano de 2019, por meio de um projeto de pesquisa de fôlego levado a cabo por três docentes do curso na ocasião. É basilar retomar esse processo; afinal, um dos principais ativos do bacharelado em AP da FCLArUNESP é seu conjunto de egressos – de diferentes gerações, formados entre 1993 e 2023 – que estão atuando profissionalmente em todos os setores (Estado, mercado privado e terceiro setor) e nas mais diversas funções/cargos políticos, gerenciais e técnicos.

- Sistema de Avaliação do Curso:

O sistema de avaliação previsto no PPC é por disciplina, com os critérios, métricas e padrões definidos por cada disciplina para aprovação, reprovação e recuperação, e os instrumentos de avaliação são definidos por cada docente.

A avaliação do curso, por sua vez, é realizada em tese – periodicamente – como uma das atribuições do Colegiado de Curso, composto por docentes dos diversos departamentos da FCLAr que contribuem com a oferta de disciplinas no curso de graduação em AP.

Acrescenta-se que a UNESP tem um sistema de avaliação institucional composto por processos de autoavaliação e de avaliação externa de seus cursos de graduação; inclusive, um dos especialistas designados pelo CEESP para esse processo de avaliação destinado à renovação do reconhecimento do curso, participou anteriormente de dois ciclos de avaliação institucional do Curso de Bacharelado em Administração Pública da FCLAr (nos anos de 2010 e de 2015).

- Atividades relevantes:

O Curso de Bacharelado em Administração Pública da FCLAr-UNESP se destaca na realização de múltiplas atividades extracurriculares que envolvem alguns docentes e vários discentes como o Programa de Educação Tutorial (PET), a Jornada de Administração Pública (JORNAP), a Semana de Administração Pública (SEMAP), a rede ENACTUS e várias atividades de extensão com prestação de serviços para a sociedade civil – como, por exemplo, o relevante projeto de hortas comunitárias em Araraquara.

Aproveita-se o ensejo para se reforçar a importância de se incorporar no processo de curricularização da extensão, em estruturação nos tempos correntes, algumas atividades atinentes à máquina pública que abranjam assistência técnica à governos e/ou organizações públicas condizentes com a formação acadêmica das disciplinas mais instrumentais do curso.

- Avaliações Institucionais:

No último ENADE de Administração Pública (2022) o bacharelado em Administração Pública da FCLAr-



UNESP obteve o conceito 3.

Urge o Colegiado de Curso levar a cabo e bom termo uma ação de conscientização do corpo discente da importância de tal exame para a melhoria da percepção externa do curso.

Nas edições anteriores, o curso obteve notas maiores (4) e, talvez, um menor comprometimento estudantil com o resultado da prova – e mesmo o reflexo período pandêmico na aprendizagem dos conteúdos – expliquem essa queda recente para o conceito 3.

No tradicional Guia do Estudante (renomeado para Guia da Faculdade do Estadão, mais recentemente), o curso vem mantendo a pontuação máxima de '5 estrelas' de forma consecutiva no decorrer dos últimos anos.

- Recursos Educacionais de Tecnologia da Informação:

O Curso de Bacharelado em Administração Pública da FCLAr-UNESP utiliza, em algumas disciplinas, os laboratórios de informática da unidade de ensino para realização de algumas das aulas.

Outrossim, utiliza o sistema de EAD Moodle-Ava (ambiente virtual de aprendizagem) para apoiar as disciplinas na disponibilização de atividades e/ou conteúdos à distância assíncronos.

Frisa-se também que a biblioteca da FCLAr-UNESP – que merece todos os reconhecimentos pela sua organização, equipe de funcionários, qualidade do acervo e espaço físico –, oferece à comunidade acadêmica várias bases de dados e plataformas de publicações virtuais.

- Docentes e Coordenação do Curso

Sem dúvida, a titulação do corpo docente é um ponto forte.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública da FCLAr-UNESP tem previsto um corpo docente composto por 18 professores, todos doutores e em regime de trabalho de dedicação integral.

Não obstante, com algumas aposentadorias e afastamentos, o curso tem se valido, com frequência, de professores temporários (obrigatoriamente mestres, por vezes doutorandos ou doutores) para preencher entre três e cinco dessas 18 vagas docentes.

Somente, há pouco tempo, em meados de 2023, a UNESP autorizou a realização de três concursos públicos preencherem as vacâncias de professores efetivos; esses certames estão sendo realizados neste primeiro semestre de 2024 e, uma vez completados, vão contribuir para que o Departamento de Administração Pública volte a ter, novamente, 13 professores efetivos (depois de quase 10 anos com a presença de professores temporários).

A coordenação de curso é comumente de responsabilidade de um docente do Departamento de Administração Pública.

A formação acadêmica e experiência profissional dos professores, na atualidade, estão, em grande medida, aderentes com as disciplinas ministradas no curso.

Porém, muita atenção deve ser dada nos certames atuais, bem como nos vindouros, para a contratação de um perfil de professor que tenha plena identificação e intimidade acadêmica com os contornos disciplinares da Administração Pública, assim como possuam potencial para a pesquisa científica e publicação em periódicos de impacto, visando tanto manter ou melhorar a ministração das disciplinas do curso de graduação, quanto avolumar a inteligência acadêmica do Departamento de Administração Pública para a propositura de um programa de mestrado acadêmico ou profissional num futuro não muito distante.

Um esforço conjunto da Pró-reitora de Graduação da UNESP, da Direção da FCLAr e do Departamento de Administração Pública, para os próximos anos, deveria ser o de viabilizar o aumento do número de docentes no próprio DAP em prol de uma maior pluralidade de subáreas de conhecimento e especialidades dos docentes – reverberando, por conseguinte, na amplitude e diversidade temática no ensino de graduação.

Poder-se-ia trabalhar com o objetivo mínimo de alcançar a cifra de 15 docentes efetivos no DAP, tendo como contrapartida, por exemplo, o compromisso de se construir um projeto de mestrado em Administração Pública coerente e consistente com a realidade do interior paulista e com foco, talvez, na gestão pública municipal (mote da criação do curso de graduação em 1989, alusiva as competências municipais e ao processo de descentralização das políticas públicas consagrados pela Constituição Federal de 1988).

- Plano de Carreira:

O plano de carreira dos professores da UNESP, incluindo as definições de regime de trabalho e o padrão de remuneração, tem certa uniformidade com os da USP e da Unicamp.

Existem faixas de salário para os docentes dessas universidades composta por três níveis (professor assistente, professor associado e professor titular) e regras e critérios explícitos para o processo de promoção. Não há queixas sobre o plano de carreira e tampouco sobre a base salarial.

- Colegiados de Curso:

Do ponto de vista formal o Colegiado (ou Conselho) de Curso funciona muito bem, com a realização de reuniões periódicas e com estrutura organizacional que prevê a participação de docentes dos diferentes departamentos de ensino da FCLAr que contribuem com o curso de graduação, assim como assentos para representação discente.

Durante a visita in loco ficou patente, contudo, a necessidade de um maior esforço por parte das lideranças acadêmicas (coordenação) na governabilidade do curso de graduação, considerando o fomento ao diálogo entre as diferentes gerações de professores do curso, bem como esforços para uma sinergia acadêmica na relação entre o Colegiado (ou Conselho) de Curso com a chefia do Departamento de Administração



Pública (DAP).

São frequentes os conflitos intergeracionais no corpo docente, bem como os ruídos de comunicação – vide os dissensos em voga nos dias atuais sobre como proceder e que atividades incluir no processo de curricularização da extensão – entre o corpo dirigente do Conselho de Curso e o do DAP.

- Infraestrutura:

Um dos pontos mais fortes de toda a FCLAr-UNESP, além da tradição acadêmica de seus diversos cursos de graduação, é a infraestrutura física do seu campus.

O local é convidativo e tem uma atmosfera intimista.

De uma maneira geral, os espaços são amplos e funcionais para uma plena vivência universitária, as salas de aulas são adequadas, equipadas (com multimídia e ar-condicionado) e razoavelmente confortáveis, os laboratórios de informática estão atualizados e atendem à demanda do corpo discente e o sinal de internet aberto é eficaz.

Cabe mencionar que as condições de acessibilidade são satisfatórias e que as opções de alimentação, transporte e locais para atividades culturais e desportivas são excelentes.

Sem embargo, há uma reclamação pontual, simples de ser resolvida pela Direção da unidade de ensino, qual seja: a melhoria das instalações físicas e do mobiliário dos gabinetes de trabalho dos docentes do Departamento de Administração Pública.

- Biblioteca:

A biblioteca da FCLAR-UNESP tem instalações físicas adequadas, espaço para estudo, acesso direto ao acervo físico (obras) e a disponibilidade de um acervo virtual, além de salas especiais compostas por obras/livros que eram da coleção pessoal de importantes acadêmicos brasileiros (como, por exemplo, a sala Octavio Ianni).

A bibliografia básica e complementar, constante dos planos de ensino das disciplinas, está disponível e os alunos relataram que não tem dificuldade de encontrar os livros e periódicos indicados pelos docentes nos planos de ensino das disciplinas.

Ressalta-se que o ambiente da biblioteca é muito acolhedor e que o corpo de funcionários é bastante atencioso e entusiasmado com o trabalho, de suporte acadêmico bibliográfico, realizado para a comunidade acadêmica.

- Quadro de apoio técnico administrativo:

O quadro de funcionários administrativos é satisfatório.

O curso de bacharelado de Administração Pública tem uma funcionária exclusiva para atendimento do Colegiado (ou Conselho) de Curso e o Departamento de Administração Pública, igualmente, tem um secretário.

Ademais, a unidade de ensino tem funcionários administrativos em todas suas áreas acadêmicas e administrativas que se mostraram bastante diligentes e cordiais durante nossa visita in loco e a apresentação dos espaços físicos e repartições da FCLAr.

- Atendimento às recomendações realizadas no último Parecer CEE:

O último Parecer de renovação de curso, datado de 2019, fez tão somente uma exigência para o Colegiado (ou Conselho) do Curso de Bacharelado em Administração Pública da FCLARUNESP, a saber: a implantação de conteúdos-programáticos de ética profissional:

“A comissão recomenda a renovação do reconhecimento, porém atenta para que a IES proceda antes aos ajustes na matriz curricular de forma a atender o Art. 5º, § 1º, Inciso II com a inclusão de disciplina que estude especificamente a ética-profissional.”

Tal ajuste foi devidamente levado a cabo, não com a inclusão de uma disciplina específica, mas, sim, de forma transversal, em algumas disciplinas obrigatórias do curso.

Como tal temática figura como conhecimento fundamente nas DCN de Administração Pública, tratava-se, de fato, de uma obrigatoriedade que, agora, está contemplada no processo de ensino-aprendizagem do curso.

- Manifestação final dos Especialistas:

Considerando todas as explicações anteriores, recomendamos que o Bacharelado de Administração Pública da FCLAR-UNESP, nos próximos cinco anos que se sucedem ao processo de renovação do reconhecimento do curso, trabalhe com afinco para:

(a) Dirimir as sobreposições de conteúdos programáticos de algumas disciplinas obrigatórias teóricas, com uma repactuação das ementas e do sequenciamento lógico entre os docentes responsáveis;

(b) Concluir a estratégia de curricularização da extensão pensando um conjunto maior de atividades que aquelas que estão consideradas neste momento pelo Colegiado (ou Conselho) de Curso, aparentemente restritas aos projetos de extensão já existentes de alguns poucos professores no âmbito da sociedade civil de Araraquara.

É premente considerar oportunidades também no âmbito do setor público local e regional, pensando, também, como incluir efetivamente os alunos do turno noturno diante de suas restrições temporais pela condição de alunos-trabalhadores;

(c) Simplificar o processo em prol da realização do estágio supervisionado obrigatório em órgãos e



entidades da Administração Pública, visando diminuir que tal prática formativa seja comumente realizada dentro de organizações privadas – que, naturalmente, são mais distantes do conteúdo-programático das disciplinas do curso (exceto naquelas áreas empresariais que guardam relação com a formação acadêmica em AP como governança corporativa, responsabilidade social, sustentabilidade ambiental, consultoria e relações governamentais);

(d) Melhorar a governabilidade e governança do curso na relação entre o Colegiado (ou Conselho) de curso com o Departamento de Administração Pública.

Os constantes conflitos intergeracionais e os recorrentes desentendimentos individuais em um grupo docente relativamente reduzido, atuam – diretamente – como uma barreira aos avanços dos projetos coletivos e à gestão acadêmica do bacharelado;

(e) É a hora e a vez de se aumentar o número de docentes do Departamento de Administração Pública de 13 para, pelo menos, 15, ampliando-se, assim, a quantidade de professores no curso de 18 para 20.

Isso permitiria tanto a introdução da oferta de disciplinas eletivas e optativas no ensino de graduação, como fortaleceria o grupo para dar, em definitivo, um passo rumo à instalação de um curso de pós-graduação stricto sensu derivado do bacharelado em AP.

Araraquara e toda a região central do estado de São Paulo, extensível ao nordeste e noroeste paulista, merecem (e carecem) da oferta de um programa de mestrado em Administração Pública, sobretudo na modalidade acadêmica.

Os Especialistas finalizaram seu Relatório com manifestação **favorável** ao pedido de Renovação de Reconhecimento do Curso, nos termos da Deliberação CEE 171/2019.

“Todavia, diante da enorme tradição do referido curso de graduação no Brasil, que neste ano de 2024 completa 35 anos, acreditamos que seu potencial de ensino, pesquisa e extensão – em termos dos mais altos padrões de excelência acadêmica – esteja, em parte, sendo subutilizado por:

(i) limitações estruturais do tamanho do corpo docente;

(ii) falhas recorrentes na governabilidade do curso (como conflitos sucessivos na relação entre o Colegiado de Curso e o Departamento de Administração Pública); e

(iii) algumas lacunas acadêmicas supramencionadas no item imediatamente anterior.

Todos esses pontos merecem a devida atenção e ações corretivas nos próximos cinco anos, a partir de esforços para uma colaboração profícua entre a Pró-Reitoria de Graduação da UNESP, a Direção da FCLAr-UNESP, o Colegiado (ou Conselho) de Curso e o Departamento de Administração Pública.”

Ainda, em resposta ao pedido de esclarecimentos feito por este relator, merece destaque os seguintes trechos da resposta:

“Enfim, não acreditamos que as falhas/lacunas apontadas impactem no adequado funcionamento do curso de graduação, mas, sem dúvida, tais óbices são um empecilho para a manutenção da excelência acadêmica de outrora desse bacharelado. Logo, fizemos questão de ressaltar tal problemática em nosso relatório para chamar a devida atenção dos gestores da universidade, da unidade, do departamento e do curso para a sua mitigação nos anos vindouros.

Logo, como não acreditamos que os problemas apontados afetam sobremaneira o bom andamento do ensino de graduação, embora o curso não esteja na condição de plena excelência acadêmica, acabamos sugerindo o mesmo prazo.”

Considerações Finais

À vista de toda a documentação encartada aos autos, tem-se o Relatório apresentado pelos Especialistas, com todo o detalhamento das atividades e funcionamento do Curso, com emissão de parecer favorável para a renovação do reconhecimento.

Deve se observar que os Especialistas analisaram as recomendações do último Parecer e identificaram a tomada de providências IES quanto ao apontado.

Quanto às atividades de extensão, a situação foi objeto de diligências, sendo certo que, após as respostas da IES e nova manifestação dos especialistas, tem-se que a previsão de curricularização da extensão está adequada aos termos da Deliberação CEE 216/2023.

No entanto, constaram apontamentos relevantes sobre o funcionamento do Curso, o que motivou pedido de esclarecimentos deste Relator, e, em sede de resposta, reiterou-se tais situações, de forma que recomenda-se:

1) a solução das sobreposições de conteúdos programáticos de algumas disciplinas obrigatórias teóricas, com uma repactuação das ementas e do sequenciamento lógico entre os docentes responsáveis;

2) a implementação de ações a fim de se ampliar a realização do estágio supervisionado obrigatório em órgãos e entidades da Administração Pública; e



3) a correção das falhas recorrentes na governabilidade do curso (como conflitos sucessivos na relação entre o Colegiado de Curso e o Departamento de Administração Pública);

Quanto ao número de professores do Departamento de Administração Pública, considerando o número total de professores do Curso, entende-se que não deve ser objeto de recomendação.

Finalmente, considerando tais recomendações, e a manifestação expressa dos Especialistas, de que *“...tais óbices são um empecilho para a manutenção da excelência acadêmica de outrora desse bacharelado...”* e ainda *“...o curso não esteja na condição de plena excelência acadêmica...”* entende-se que estas situações devem ser consideradas para a definição do tempo de validade do ato regulatório.

2. CONCLUSÃO

2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 171/2019, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Administração Pública, ofertado pela Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, pelo prazo de quatro anos.

2.2 As recomendações, constantes das Considerações Finais deste Parecer, devem ser objeto de análise no próximo ciclo avaliativo.

2.3 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.

São Paulo, 8 de outubro de 2024

a) Cons. Eduardo Augusto Vella Gonçalves
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Bernardete Angelina Gatti, Cláudio Mansur Salomão, Décio Lencioni Machado, Eduardo Augusto Vella Gonçalves, Eliana Martorano Amaral, Hubert Alquéres, Leandro Campi Prearo, Marlene Aparecida Zanata Schneider e Rose Neubauer.

Sala da Câmara de Educação Superior, 09 de outubro de 2024.

a) Consª Eliana Martorano Amaral
Presidente da Câmara de Educação Superior

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO toma conhecimento, da decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto do Relator.

Sala “Carlos Pasquale”, em 16 de outubro de 2024.

Cons. Roque Theophilo Junior
Presidente

PARECER CEE 371/2024	-	Publicado no DOESP em 17/10/2024	-	Seção I	-	Página 36
Res. Seduc de 17/10/2024	-	Publicada no DOESP em 18/10/2024	-	Seção I	-	Página 29
Portaria CEE-GP 390/2024	-	Publicada no DOESP em 21/10/2024	-	Seção I	-	Página 58

